



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
PRO-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
EDUCAÇÃO DO CAMPO

Coordenação: Profº Junio Batista Custódio

BOM JESUS DA LAPA

2016

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Projeto aprovado pela Resolução nº ____/2015 – CONSUP/IF Baiano, de __/__/2015.

BOM JESUS DA LAPA

2016

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Aluizio Mercadante

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Marcelo Machado Feres

REITOR

Geovane Barbosa do Nascimento

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Camila Lima Santana e Santana

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

José Virolli Chaves

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Alisson Jadavi

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Rita Vieira Garcia

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Delfran Batista dos Santos

COORDENADOR DE PÓS-GRADUAÇÃO

Gessionei da Silva Santana

Equipe de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso:

Profº Davi Silva da Costa

Profº Heron Ferreira Souza

Prof. Junio Batista Custódio

Prof. Ediênio Vieira Farias

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	5
1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	6
2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	7
3 JUSTIFICATIVA	11
4 OBJETIVO GERAL.....	19
4.1 Objetivos Específicos	19
4.2 Resultados Esperados	19
5 ASPECTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS	20
6 PÚBLICO-ALVO.....	22
7 PROCESSO DE SELEÇÃO.....	23
7.1 Local de realização do curso	23
7.2 Meios de divulgação e critérios de seleção.....	23
7.2.1 Critérios de Seleção do Corpo Docente	23
7.3 Período do curso, periodicidade e carga horária.....	23
8 MECANISMOS DE EXECUÇÃO DO CURSO	24
8.1 Sistema de Avaliação	24
8.2 Certificação.....	25
8.3 Frequência	25
9 CORPO DOCENTE	26
10 MATRIZ CURRICULAR	28
11 PROGRAMAS DOS COMPONENTES CURRICULARES	29
12. INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL	36
12.1 Infraestrutura Física.....	36
12.1.1 Recursos Didáticos	37
12.1.2 Salas de Aula.....	37
12.1.3 Laboratórios	37
12.1.4 Biblioteca	39
13. RECURSOS FINANCEIROS NECESSÁRIOS:	49
REFERÊNCIAS	50

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Instituição:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
CNPJ:	10.724.903/0001-79
Esfera administrativa:	Federal
Endereço:	Rua do Rouxinol, nº 115 – Bairro: Imbuí
Cidade/UF/CEP:	Salvador – BA CEP: 41720-052
Telefone:	(77) 3186-0001
Site do Campus:	http://www.ifbaiano.edu.br
Curso:	<i>Latu Sensu</i>
Forma:	Pós-Graduação
Modalidade:	Presencial
Atos legais autorizativos:	
Título acadêmico conferido:	Especialista em Educação do Campo
Turno(s) de funcionamento:	Diurno
Curso:	Especialização em Educação do Campo
Área	Educação
Regime de matrícula:	Anual
Número de Vagas	40
Tempo de integralização	18 meses
Forma de ingresso:	Processo seletivo
Carga horária:	448 horas

2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano foi criado pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, com base no arranjo institucional das Antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim, e das Escolas Médias de Agropecuária Regionais da CEPLAC – EMARCs - Itapetinga, de Teixeira de Freitas, de Uruçuca e de Valença, além de um campus novo criado em Bom Jesus da Lapa – BA, em 2010. Atualmente, o IF Baiano conta com 10 campi e mais quatro em fase de construção (Serrinha, Xique-Xique, Alagoinhas e Itaberaba).

Considerando a importância da capilaridade do Instituto Federal Baiano e de sua identidade institucional agrária, ressalta-se sua presença em diferentes biomas do estado da Bahia e, principalmente, sua forte atuação na região semiárida baiana. Nesse contexto, as ações em curso no sentido de consolidar a nova institucionalidade tem buscado dar conta das finalidades próprias dos Institutos Federais:

- II) desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. (LEI 11.892, 29/12/2008, Artigo 6º).

De modo geral, o IF Baiano oferta cursos de nível médio (integrado e subsequente), superior (licenciaturas e bacharelados), cursos de Pós-Graduação, como a especialização em Educação Profissional e Integrada a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos, a Especialização em Desenvolvimento Sustentável no Semiárido com ênfase em Recursos Hídricos, a Especialização em Inovação Social com ênfase em Agroecologia e Economia Solidária e um curso *Stricto Sensu* – Mestrado Profissional em Produção Vegetal.

O IF Baiano atualmente tem vários campi inseridos em territórios que abrangem o semiárido baiano: Bom Jesus da Lapa, Guanambi, Senhor do Bonfim, Itapetinga, Santa Inês, Serrinha, Itaberaba e Xique-Xique.

As atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas têm como princípio o atendimento das demandas territoriais por formação científica, técnica e tecnológica. Há um esforço contínuo de diálogo com os atores territoriais e sociais no sentido de atender cada vez mais aos anseios dos povos do campo historicamente aleijados da igualdade de direitos, condições e oportunidades pelo Estado brasileiro no século XX.

Nesse sentido, o olhar sobre o campo baiano pressupõe compreensão das formas históricas de reprodução das desigualdades, expropriação da terra, exploração das relações de trabalho no campo, subvalorização da cultura camponesa a partir do enaltecimento da cultura urbana, e entendimento da função social das Instituições de ensino, pesquisa e extensão no quadro político-econômico e social do Brasil do século XXI, em que as lutas sociais não apenas potencializaram movimentos de resistência, mas conduziram para significativas conquistas sintetizadas em políticas públicas que precisam ser aprimoradas para garantir a continuidade qualificada dos direitos sociais e produtivos dos homens e mulheres idosos e jovens do campo.

As rupturas paradigmáticas impostas por esses movimentos de lutas e resistências têm cada vez mais adentrado e ganhado corpo nos redutos acadêmicos. É sem dúvida um movimento dialético importante que se retroalimenta continuamente: são os pesquisadores engajados politicamente nos movimentos sociais fazendo ciência com uma postura ética calcada na justiça social e na igualdade dos direitos e oportunidades dos sujeitos, especificamente do campo; e os movimentos sociais com suas lutas construindo políticas capazes de fomentar/tensionar mudanças no fazer cotidiano das Instituições de ensino, pesquisa e extensão.

Como pressupõe Kuhn (1970), esse quadro de mudança paradigmática é também reflexo da própria crise emergida pela incapacidade explicativa de modelos convencionais diante de determinadas realidades apresentadas. Deste modo, o contexto social evidencia as incoerências e desgastes dos modelos explicativos. Obviamente que como o próprio autor considerou, esse processo é marcado por tensões e conflitos, e mesmo pela coexistência de paradigmas.

De todo modo, o significativo é que o conhecimento científico e tecnológico ensinado, produzido e difundido tem cada vez mais se aproximado das necessidades reais do mundo do trabalho e produtivo. A des-re-territorialização do fazer científico e tecnológico tem se assentado naquilo que Boaventura de Sousa Santos chama de “paradigmas emergentes”. Em outros termos, é um fazer sensível a uma leitura crítica do mundo historicamente marcado por processos tecnológicos e científicos hegemônicos e reprodutores da hegemonia opressora. Isso não significa uma mudança drástica, mas o acirramento das tensões paradigmáticas necessário ao desenvolvimento de novas práticas, experiências, conhecimentos e criatividade capazes de confrontar a dependência cultural que assola o mundo subdesenvolvido (FURTADO, 2008).

Esse exercício rompe com a ingenuidade consciente do discurso da neutralidade científica. O compromisso profissional dos sujeitos pertencentes às Instituições de ensino, pesquisa e extensão deve pautar-se no reconhecimento das possibilidades emergentes do fazer para a transformação das estruturas anacrônicas e opressoras da sociedade (FREIRE, 1979).

Nesse sentido, a proposta de especialização em Educação do Campo para professores da Educação Básica da região semiárida dos territórios baianos representa o movimento teórico-prático dos professores, pesquisadores e extensionistas do IF Baiano, cuja marca tem sido o exercício epistemológico, gnosiológico e ontológico permanente diante do contexto ambiental, social, cultural, econômico e educacional do semiárido baiano.

O Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes, cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional – CNPq, especificamente por meio dos trabalhos de pesquisa e extensão da linha de pesquisa Educação do Campo, Educação Ambiental e Agroecologia, tem contribuído para a reflexão e o fazer interdisciplinar dos processos educativos dos sujeitos formadores das escolas do campo – os professores. Somam-se outras experiências de grupos de pesquisadores e extensionistas sobre o semiárido, a partir das atividades desenvolvidas pelo Centro Vocacional Tecnológico de Agroecologia, o Grupo de Pesquisas e Estudos sobre Lavouras Xerófitas, Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino de Ciências – GEPEC, o de Manejo de Sistemas Agrícolas na Região Semiárida, dentre outros.

Esses grupos demonstram os esforços engendrados em torno do desenvolvimento de pesquisas e ações voltadas às peculiaridades do semiárido e da agricultura familiar. Portanto, pensar a Educação do Campo consiste em pensar também o trabalho como princípio educativo, em que os fazeres e saberes dos sujeitos do campo são valorizados e incorporados ao processo educativo como fomentador de novos saberes na interface dialógica com o conhecimento sistematizado. A escola não pode nem deve ser concebida como desencaixada, na concepção de Giddens (1991), do campo, tampouco aquilo que ela ensina; ou melhor, seu papel não deve ser o de transposição de conhecimentos sistematizados e descontextualizados com a realidade do campo, mas o de fomentar a apreensão de conceitos, de proporcionar o entendimento dos processos da natureza, sociais, ambientais, dentre outros, de forma articulada e contextualizada com o espaço vivido, o campo.

Esse fazer pedagógico contextualizado nas escolas do campo deve ser permeado pela aproximação com o contexto vivido, com a realidade, com a valorização da cultura local e também por meio da problematização, capaz de conduzir à interdisciplinaridade dos saberes e conhecimentos.

Portanto, essa proposta de especialização em Educação do Campo centra-se na formação de professores do campo das redes municipais e estadual, a fim de fomentar e potencializar processos educativos contextualizados com a realidade dos povos do campo e com o semiárido. Nesse sentido, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade calcados na Questão Agrária, na Agroecologia, no Desenvolvimento Territorial, nas Políticas Públicas e nos Saberes Tradicionais colocam-se como fundantes da proposta de Especialização em Educação do Campo.

3 JUSTIFICATIVA

A chamada Região Semiárida Brasileira – SAB corresponde a 70% do território nordestino e tem como características próprias o baixo índice pluviométrico, dificuldade de constituição de mananciais subterrâneos perenes devido ao subsolo ser em quase 70% formado por rochas cristalinas rasas. Isso também contribui para a maior salinidade da água (MALVEZZI, 2007). Essa região apresenta de forma bem definida uma estação com chuva e outra sem chuva. No entanto, Braga (2004, p. 27), Porto (2000, p. 2), dentre outros, afirmam que a região SAB é uma das regiões mais úmidas do mundo, com uma pluviosidade anual média 750 milímetros, porém essas chuvas são mal distribuídas no tempo e no espaço.

A vegetação se caracteriza pela caatinga. Esse tipo de vegetação concentra uma rica biodiversidade adaptada a condições ambientais de escassez de água, que ainda é pouco conhecida, valorizada e explorada, no sentido de uso econômico respeitando a preservação da fauna e flora (SUASSUNA, 2002, p. 6). O autor destaca o potencial de espécies frutíferas como o umbuzeiro, o potencial medicinal como a babosa e o juazeiro, para produção de óleo, a exemplo da faveleira, catolé, oiticida, marmeleiro, dentre outras com potencial para produção látex, cera, fibras. Sem contar riquezas de origem animal e mineral (SUASSUNA, 2002).

Apesar dessa riqueza natural do bioma caatinga, essa região brasileira, que é também considerada a mais populosa do mundo sob as mesmas condições ambientais, é fortemente marcada por uma projeção imagética distorcida de sua realidade. Historicamente, reforçou-se a visão de região-problema, cujo olhar enviesado da cultura urbana impôs não somente o preconceito cultural em relação aos povos do semiárido, mas postergou por décadas o entendimento de ações concretas com foco no desenvolvimento alinhado aos valores socioculturais e ambientais da Região Semiárida.

Convencionou-se atribuir ao contexto ambiental a causa da pobreza e da má qualidade de vida da região nordeste do país, uma vez que 70% desse território estar inserido no semiárido. O jogo político regional, como denunciou o próprio Furtado, buscou deslocar os problemas de ordem eminentemente política e socioeconômica para a dimensão ambiental, numa perspectiva erroneamente determinista. Eis que esse pensamento caricaturado e distorcido alimentou por décadas a chamada “indústria da seca”. Portanto,

É como se não chovesse, como se o solo estivesse sempre calcinado, como se as matas fossem secas e as estiagens durassem anos. As imagens de migrantes, de crianças raquíticas, do solo estorricado, dos açudes secos, dos retirantes nas estradas, dos animais mortos, da migração. É um ponto de vista, ao mesmo tempo, real e ideológico, que muitas vezes serve para que se atribua à natureza problemas políticos, sociais e culturais, historicamente construídos (MALVEZZI, 2007, p.14).

Segundo Furtado (2009), isso é resultado do anacronismo estrutural, de uma modernização produtiva sem distribuição de renda, sem redução dos níveis de desigualdades das populações do campo, inclusive. Isso exigiria uma adequada reforma agrária com a superação da “impropriedade das estruturas”, em que houvesse inserção socioeconômica dos agricultores a partir da potencialização da produção sustentável de alimentos cujas garantias de produção e comercialização para o mercado local fossem condições fundamentais dos projetos de desenvolvimento. Nesse sentido, o referido autor destaca que “somente eles [os produtores pequenos e médios] têm aptidão para criar uma agricultura ecologicamente adaptada à região semiárida e absorvedora de mão de obra” (FURTADO, 2009, p. 23).

Nesse sentido, a concepção de convivência com a seca “reinventa” o possibilismo geográfico da escola francesa de Geografia. Enquanto sua concepção estava calcada nos processos de inovação tecnológica, instaura-se e constrói-se aqui a ideia de adequação sócio técnica, construção social da tecnologia, em diálogo com a dimensão ambiental. Segundo Silva (2006, p. 124),

A convivência com o meio ambiente é um imperativo fundamental para o aproveitamento apropriado dos recursos naturais, com a ação humana buscando conciliar ou procurar corrigir as tendências negativas sem agravá-las. Para garantir sua perpetuidade, a população necessita aprender a viver em harmonia com o “código” da natureza do seu meio, buscando a adaptação ao seu habitat, e não a partir de uma relação de estranhamento, de destruição ou de combate. É assim com todos os seres vivos, cuja adaptação ao ambiente é requisito fundamental para a sobrevivência.

Desta forma, todo e qualquer processo voltado para a convivência com a seca não pode ser concebido sem o conhecimento do território. O ato de conhecer as condições ambientais dos ecossistemas que compõem o bioma caatinga e as peculiaridades culturais dos povos da caatinga são a essencialidade do processo de construção sócio-técnica calcado na circularidade multidimensional do território concreto e vivido (ambiental, social, cultural, econômico, político) . Como afirma Malvezzi,

O segredo da convivência está em compreender como o clima funciona e adequar-se a ele. Não se trata mais de “acabar com a seca”, mas de adaptar-se de forma inteligente. É preciso interferir no ambiente, é claro, mas respeitando as leis de um ecossistema que, embora frágil, tem riquezas surpreendentes. (MALVEZZI, 2007, p. 13)

Se ainda é incipiente o conjunto de políticas públicas com esse foco, as sinergias sócio-territoriais dos atores locais politicamente engajados têm demonstrado o caminho viável de construção de alternativas e oportunidades para os povos do semiárido a partir da ideia de “convivência com a seca”, desconstruindo o histórico discurso de “combate a seca”.

De acordo com Braga (2004), foi a partir da década de 1990 que se desenvolveram um conjunto de alternativas voltadas a uma convivência calcada na concepção de solidariedade e sustentabilidade com o ambiente da caatinga. Esse conjunto de experiências foi e vindo sendo desenvolvido por ou com o apoio de várias organizações sociais: movimentos sociais, organizações não governamentais, pastorais sociais, igrejas. Destaca-se nesse processo a própria Articulação do Semiárido Brasileiro, que agrega essas representações da sociedade civil, em mais de 100 entidades, cujo objetivo é desenvolver ações de educação no contexto da convivência com o semiárido. Em geral, as experiências vividas por esses atores territoriais com as populações da região SAB têm centrado em partes na agricultura familiar. Dentre algumas tecnologias sociais e experiências desenvolvidas, pode-se elencar: cisternas para captação de água da chuva, barragens subterrâneas, criação de caprinos, apicultura, manejo da caatinga, manejo agroflorestal, dentre outros.

É sabido que, como afirma Furtado (1984), o problema do desenvolvimento brasileiro tem sua face potencialmente cultural. Essa afirmação não busca velar o quadro político e econômico de um país fundado na reprodução de estruturas desiguais e anacrônicas, mas reafirma como esse quadro deformado foi constituído a partir de uma cultura de imitação do países ricos, em que os valores culturais e conhecimentos próprios das populações locais sempre foram subvalorizados em sua força potencial de engendramento de dinâmicas socioeconômicas. Portanto, a construção de novos processos sociais de dinamização e valorização do semiárido como território ou dos territórios que compõem o semiárido perpassa por processos sócio-educacionais transversalizado, pela dimensão cultural, quer na forma de educação formal e não-formal.

As dinâmicas educacionais não-formais fomentam e garantem a reprodução das formas de organização social baseadas em princípios e valores como a solidariedade, a reciprocidade, o viver comunitário, o respeito ambiental, cujos efeitos econômicos e na produção sinalizam novos arranjos mais associativos, cooperativos e fundados em processos produtivos sustentáveis, dentre os quais a agroecologia, a permacultura, os sistemas agroflorestais, os quintais produtivos, são demonstrações da concreticidade de uma criatividade sócio-técnica. Criatividade no sentido do exercício dialógico entre o fazer, o saber e o criar (des-re-construir). Por outro lado, essa dimensão não-formal delineada por uma extensão rural dialógica, comunicativa, participativa, como destacava Paulo Freire, pressupõe o esforço conjunto de uma educação formal igualmente pautada nos princípios da convivência com a seca, o que significa desenvolvimento das capacidades cognitivas, científicas e tecnológicas de forma articulada com os saberes e contextos ambiental, cultural e social do semiárido.

Segundo Braga (2004, p. 26), a Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido “está ancorada na realidade nas práticas dos povos do semiárido, com metodologias,

conteúdos, currículos, educadores e educadoras, didáticas e estruturas apropriadas à Região, levando em conta suas potencialidades socioculturais, econômicas e ambientais”.

Conforme Quadro 1, a importância da concepção de Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido na Bahia deve-se a expressividade dos municípios do estado inseridos na chamada Região Semiárida Brasileira, 265 municípios do total de 417 municípios baianos. É o maior percentual de municípios por estado da região SAB, cuja área total em Km² corresponde a 39,8%. O estado com segundo maior número de municípios é a Paraíba (170) e o segundo estado com maior área em Km² é o Piauí (15,4%).

Quadro 1 - Região Semiárida Brasileira: número de municípios e população

Estado	Nº de municípios			Área	População
	Estado ¹	Nº RSA ²	% RSA ²	% RSA ²	% RSA ²
Piauí	224	127	11,2	15,3	4,6
Ceará	184	150	13,2	12,9	20,2
Rio Grande do Norte	167	147	13,0	5,0	7,7
Paraíba	223	170	15,0	5,0	9,4
Pernambuco	185	122	10,8	8,8	15,5
Alagoas	102	38	3,4	1,3	4,0
Sergipe	75	29	2,6	1,1	1,9
Bahia	417	265	23,4	40,0	30,9
Minas Gerais ³	165	85	7,5	10,5	5,7
Nordeste	1742	1133	100,0	100,0	100,0

Fonte: Adaptado de: BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro**. s/d.

¹ Fonte: Censo Demográfico 2010.

² Região Semiárida.

³ Área de atuação da ADENE em MG.

Como é uma concepção de Educação que se assenta na construção coletiva, na superação de práticas e políticas homogeneizadoras e homogeneizantes do fazer pedagógico, exige dos sujeitos envolvidos, especialmente os professores e gestores educacionais, uma atitude de ruptura paradigmática com a histórica postura colonizadora do de fora. Exige um olhar da realidade enquanto fatos históricos enlaçados na teia do “acontecer solidário global” que na visão de Milton Santos significa o entendimento de que estamos inseridos e sofremos os efeitos do processo de globalização.

Contudo, como o próprio Milton Santos afirma e Furtado desenvolve reflexão similar, o lugar, o território é o lugar da ordem hegemônica, mas também da contestação, da contraordem, da resistência e da emergência de uma solidariedade espacialmente sincrônica. Especificamente, significa entender o território pelo olhar dos de dentro, é o esforço de conhecer-se a si mesmo sem o

viseiramento reproduzido e compartilhado pela cultura homogeneizadora urbana. Nesse sentido, a contestação e a resistência (SANTOS, 2006) são posturas fundamentais para conhecer o território enquanto estratégia de poder dos dominados (BOISIER, s/d), mas isso igualmente exige o desenvolvimento de mecanismos socioeducacionais capazes de impulsionar a criatividade humana fundada na dimensão cultural (FURTADO, 1984) de um estilo de desenvolvimento centrado no território, ou seja, “a expressão da capacidade para criar soluções originais aos problemas específicos de uma sociedade” (FURTADO, 2008, p.110).

É, nesse sentido, que a proposta de formação de professores do campo aqui delineada e apresentada nos moldes da Educação Contextualizada com o Semiárido busca conceber a escola do campo como um espaço de possibilidades e de esperança, em que se visualiza a força política do processo educativo para o desenvolvimento das capacidades humanas com foco na mudança para além do conteúdo imperativo do capitalismo – desigualdade, depreciação da natureza, desvalorização e subjulgamento das culturas adversas pela cultura do consumo e urbano-industrial –, fazendo emergir da criatividade humana local um compromisso político em torno de um projeto societal amparado na solidariedade, na coletividade e na sustentabilidade (HARVEY, 2004).

Esse fazer depende, como já salientado, de uma mudança de postura dos educadores e educadoras do campo, pois

[...] construir uma proposta de educação contextualizada no Semiárido exige que os professores procurem re-aprender a aprender para poder ajudar o seu aluno/a tornar-se um aluno-pesquisador de sua realidade. O aluno/a aprende refletindo sobre sua ação e interagindo no meio social, já o professor, amplia seu olhar sobre o mundo no momento em que se desafia a pensar sobre sua prática no processo de reflexão-na-ação (LIMA, 2008, p. 98).

Vale ressaltar que enquanto a concepção de Educação Contextualizada tem uma postura analítica territorial (relação urbano e rural), os esforços dessa proposta é potencializar a Educação do Campo no contexto da Convivência com o Semiárido, visto que os sujeitos do campo carecem ainda da potencialização de um fazer pedagógico dialogado com a realidade do campo e da concretização de políticas públicas de Educação do Campo para os povos do campo. Portanto, o objetivo não é fragmentar e enfraquecer a concepção de Educação Contextualizada para a convivência com o Semiárido que em certa medida incorpora a dimensão rural, mas visibilizar e fortalecer a Educação do Campo no escopo da proposta de Educação Contextualizada. Esse é um movimento necessário para que as próprias dinâmicas territoriais vividas atualmente não reconstruam ao longo dos próximos anos a transfiguração da abordagem territorial por um caráter eminentemente urbano. É um espaço de luta que precisa ser e estar devidamente demarcado na unidade territorial.

O cenário pós-redemocratização, em finais dos anos 1990, evidenciou as contradições inerentes à sociedade capitalista e ao contexto do campo brasileiro, em particular. O movimento nacional “Por uma Educação do Campo” retrata a organização dos grupos sociais em prol da estruturação de uma política educacional concebida para e com os povos do campo, de modo a tornar experiências de resistência social das populações do campo/rurais materializadas numa política coerente a um projeto de nação e de superação das desigualdades. Foi e é uma estratégia de visibilização das populações do campo, historicamente marginalizadas da agenda pública ou nesta incluída de forma “truncada” visando atender interesses estritos do mercado, e de tentativa de superação de uma visão subjugada e homogeneizante do rural.

De todo modo, entender a Educação do Campo como um direito que deve ser respeitado e ofertado com garantias de qualidade em prol do alcance das dimensões intangíveis do desenvolvimento (SEN e FURTADO) exige concomitantemente a atenção com a concepção de Educação. Segundo Souza e Costa (2010)

a educação como formação humana implica ocupar-se com as grandes questões da pedagogia (e não apenas com as questões didático-escolares): Como formar o ser humano pleno? Como ajudar a formar novos sujeitos sociais do campo? Que dimensões devem ser incluídas no projeto de educação? De que aprendizados específicos necessita o povo que vive no campo?

Nisso consiste o entendimento da Educação do Campo não apenas como questão locacional das escolas e garantia de acesso, mas igual e articuladamente atrelada com os sentidos do educar a partir da concepção dos povos do campo. Conforme ressalta a Declaração 2002 - Por Uma Educação do Campo, as discussões em torno da Educação do Campo congregam duas lutas simultâneas:

Pela ampliação do direito à educação e escolarização no campo; e pela construção de uma escola que esteja no campo, mas que seja do campo: uma escola política e pedagogicamente vinculada à história, a cultura, e às causas sociais e humanas dos sujeitos do campo, e não um mero apêndice da escola pensada na cidade.

Tais aspectos reforçam a necessidade de estruturação de Políticas Municipais de Educação do Campo, articuladas com as operacionalizações e delineamentos da Política Nacional de Educação do Campo, cujos focos devam abarcar a Formação dos/as Educadores/as, a construção coletiva de currículos e projetos político-pedagógicos contextualizados com as aspirações, necessidades e respeito aos processos sócio-culturais dos povos do campo. A escola do campo precisa ser pensada enquanto espaço social de aprendizagem, envolvimento e de diálogo com os saberes e fazeres dos homens e mulheres do campo, rompendo as barreiras do “enciclopedismo” fomentador da colonização do saber. Portanto, pensar a Educação do Campo consiste também em

construir estratégias de descolonização do saber, a partir da contextualização do conhecimento a ser didaticamente transposto e da relação dialética entre o local e o global.

Portanto, em termos epistemológicos e ontológicos, a proposta de especialização assenta-se na concepção de meio rural como espaço de produção de vida e de resistência e entende a necessidade de contemplar os diversos sujeitos sociais e compreende a importância da agricultura familiar e a necessidade de se pensar práticas que proporcionem o fortalecimento desse tipo de agricultura. Compreendendo o campo como um território, Fernandes (2006) afirma que a educação precisa ser pensada para o seu desenvolvimento, abarcando, assim, suas múltiplas dimensões – social, ambiental, política e econômica.

Pode-se afirmar que essa dinâmica de (re) pensar e (re) construir a educação no meio rural advém em primeira instância da relevância da agricultura familiar, não apenas como categoria social, mas a partir da dialética de suas formas de resistência e articulação para a sua inserção no mercado, principalmente local e regional. Por outro lado, a questão ecológica que põe em xeque a lógica capitalista de produção e reprodução material no campo, está calcada no produtivismo, na mecanização e industrialização da agricultura. Esse modelo impacta negativamente sobre: as relações de trabalho, ao ampliar o desemprego agrícola; a saúde humana, ao proliferar alimentos produzidos com o uso excessivo de agroquímicos; e também o ambiente, a natureza, ao poluir solos, rios, lençóis freáticos, aumentar o desmatamento a fim de ampliar as áreas cultiváveis e garantir o aumento da produção.

Diante dessas questões em relação ao ambiente e à produção capitalista no campo, a ideia de sustentabilidade, a preocupação com as questões ecológicas têm ganhado cada vez mais visibilidade nas sociedades ocidentais. Porém, a abordagem dos problemas ambientais no campo não pode ser direcionada a discursos vazios de significado. Como afirma Fernandes

A construção de categorias abstratas, como as de humanidades, de gerações futuras, de qualidade de vida [...] dificulta a análise em termos das diferenças entre grupos sociais e entre nações, protegendo a proposta de desenvolvimento sustentável do enfrentamento de eventuais contradições no campo das relações sociais (2002, p. 246).

Equivale dizer que a proposta de sustentabilidade, por estar vinculada ao modelo capitalista de produção, não põe em questão as formas como se dá a apropriação da natureza, as ideias de competição, de lucro e de reprodução das desigualdades. Dessa forma, faz-se necessária uma abordagem de sustentabilidade que contemple os dois movimentos, considerando o ecológico e o social como processos interligados a partir da modernidade, e que, ao mesmo tempo, resulte numa análise crítica da temática do meio ambiente não comprometida com a reprodução da desigualdade social. (FERNANDES, 2002, p. 249).

Com isso, a formação continuada dos educadores do campo está integradamente ensejada num projeto de escola/educação e num projeto de desenvolvimento e de sociedade. Como afirma Molina

O educador do campo precisa de uma formação que o habilite a refletir sobre sua experiência, comprometido com a luta, que considera o modo de produção da vida com o trabalho, com a terra, com a água e com as plantas como digno e bom. O educador do campo precisa ter a compreensão da dimensão do seu papel na construção de alternativas de organização do trabalho escolar. (MOLINA, 2010, p.396).

A proposta de especialização em Educação do Campo, aqui evidenciada, reafirma os princípios do movimento “Por uma Educação do Campo” que, apesar da preocupação centrada na escolarização da população do campo, compreende a Educação como “todos os processos sociais de formação das pessoas como sujeitos de seu próprio destino. Nesse sentido educação tem relação com cultura, valores, com jeito de produzir, com formação para o trabalho e para a participação social”. Portanto, a proposta de formação continuada de professores do campo assenta-se nos pressupostos estabelecidos pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo aprovada em 2001 pelo Conselho Nacional de Educação.

Acrescenta-se aqui, ainda, as disposições contidas na Lei de Criação dos Institutos Federais de Educação, Lei 11.892/08, em seu art. 6º, que, ao descrever as finalidades institucionais, assinala que o instituto deve “qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino”. Tal premissa se sustenta na necessidade de formação de especialistas em diversas áreas do conhecimento, a fim de melhorar os indicadores da educação básica de forma mais abrangente.

De modo geral, o curso busca contribuir com a melhoria do ensino de Ciências Naturais, Humanas e de Matemática nas escolas do campo, através da contextualização dos saberes escolares às realidades do semiárido, da agricultura familiar e aos contextos culturais dos povos do campo.

4 OBJETIVO GERAL

Proporcionar formação continuada interdisciplinar de educadores de escolas do campo, buscando contribuir para a oferta de uma educação do campo contextualizada às realidades socioculturais e econômicas dos povos do campo, de qualidade e em conformidade com as diretrizes nacionais operacionais para a Educação do Campo.

4.1 Objetivos Específicos

- ✓ Capacitar educadores para a atuação em escolas do campo, com fundamentos nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Naturais e Matemática;
- ✓ Capacitar atores sociais, governamentais e institucionais para a formulação e/ou implementação de políticas públicas de Economia Solidária e Tecnologia Social;
- ✓ Fomentar estudos e projetos de intervenção nas escolas do campo tendo como bases epistemológicas a interdisciplinaridade, a contextualização e a transdisciplinaridade;
- ✓ Promover formação teórica e prática sobre educação do campo;
- ✓ Desenvolver projetos de intervenção nas escolas do campo com base nos princípios da Educação do Campo e da convivência com o semiárido;
- ✓ Instrumentalizar os educadores de escolas do campo para a concepção de currículos contextualizados com o campo, para o desenvolvimento de projetos, práticas e materiais didáticos voltados à Educação do Campo;
- ✓ Capacitar os educadores do campo a elaborarem projetos político pedagógicos das escolas do campo articulados com projetos sustentáveis, incluídos e endógenos de desenvolvimento do campo;
- ✓ Capacitar os educadores do campo a conceberem de forma dialogada, implementarem e avaliarem Políticas Municipais de Educação do Campo.

4.2 Resultados Esperados

- ✓ Formar educadores do campo capazes de dinamizar e alavancar processos educativos contextualizados com a realidade do semiárido e dos povos do campo a fim de proporcionar a autêntica emancipação dos sujeitos do campo pela apropriação sólida dos conhecimentos científicos dialogados com os saberes tradicionais;
- ✓ Desenvolvimento de 40 projetos de intervenção em espaços escolares do campo por estudantes concluintes.

5 ASPECTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS

O curso tem como pressupostos metodológicos fundamentais a relação teoria-prática, a interdisciplinaridade e a pesquisa como princípio pedagógico e educativo. A articulação desses três pressupostos sintetiza no âmbito do escopo da proposta deste curso de especialização na necessidade de elaboração do Projeto de Intervenção de caráter multidisciplinar nas escolas do campo.

A relação teoria – prática é crucial para a estruturação do conhecimento e preparação do profissional no tocante a compreensão da realidade e também atuação no mundo do trabalho, pelas especificidades das atividades produtivas. Busca-se, com isso, possibilitar vivências e experiências que conduzam o estudante ao pensamento reflexivo, a problematização do trabalho enquanto relação ciência e prática, ao desenvolvimento da autonomia profissional articulado com os paradigmas emergentes (SANTOS, 2006).

A interdisciplinaridade centra-se nas inter-relações de complementaridade, convergência, interconexões e passagens entre os conhecimentos sem desconsiderar os conceitos, significados, causas, fatores, processos, problemas nas diversas disciplinas.

Para Morin (2000, p. 43) “a inteligência parcelada, compartimentada, mecanicista, disjuntiva e reducionista rompe o complexo do mundo em fragmentos disjuntos, fraciona os problemas, separa o que está unido, torna unidimensional o multidimensional”. E essa condição de isolar os conhecimentos, de fragmentá-los, causa a incapacidade de considerar o saber contextualizado e globalizado.

A pesquisa como princípio pedagógico e educativo contribui para o desenvolvimento da autonomia intelectual, crítica e reflexiva do sujeito; favorece sua formação humana e científica; direciona na compreensão da realidade e atuação no mundo, bem como amplia suas possibilidades de vivências de aprendizagens significativas. Ao compreender seu meio e agir em função do coletivo, suas ações assumem uma dimensão integradora sociocultural e técnica na busca de soluções “para as questões teóricas e práticas da vida cotidiana dos sujeitos trabalhadores” (PACHECO, 2012, p.71).

Para tanto, a pesquisa não está baseada em um acúmulo de informações e conhecimentos, mas antes de tudo, estabelece um conjunto necessário de saberes integrados e significativos no âmbito individual e coletivo, com o intuito de “fortalecer a relação entre o ensino e a pesquisa, na perspectiva de contribuir com a edificação da autonomia intelectual dos sujeitos frente à (re)construção do conhecimento e outras práticas sociais” (PACHECO, 2012, p. 71-72). A

consolidação da pesquisa como princípio pedagógico está diretamente atrelada ao desenvolvimento de tecnologias sociais, resultado de uma intervenção social fruto da aproximação efetiva com a comunidade.

De forma mais específica, esses elementos serão construídos nos encontros presenciais, nas visitas técnicas, no Seminário Integrado (SI) de articulação de ensino-pesquisa-extensão, realizados no final do terceiro semestre. Serão privilegiadas metodologias colaborativas, participativas e interativas de discussão e debate entre os integrantes do curso (professores e estudantes) e destes com a comunidade.

6 PÚBLICO-ALVO

- Professores das redes públicas de ensino em exercício nas escolas do campo;
- Estudantes do último semestre de cursos de Pedagogia ou licenciaturas nas áreas de Ciências da Natureza (Ciências Naturais, Química, Física ou Biologia), Ciências Humanas (História, Geografia, Sociologia ou Filosofia), Linguagens (Letras, Língua Estrangeira ou Artes) ou Matemática.

7 PROCESSO DE SELEÇÃO

7.1 Local de realização do curso

As aulas serão ministradas nos *Campi* do IF Baiano, conforme previsto nos Editais relativos aos processos seletivos de discentes para o curso, mas poderão ocorrer em outros espaços, desde que planejadas na forma de visitas técnicas.

7.2 Meios de divulgação e critérios de seleção

O curso será divulgado por meio de chamada pública via Edital disponibilizado nos endereços eletrônicos:

<http://www.ifbaiano.edu.br>

7.2.1 Critérios de Seleção do Corpo Discente

A seleção dos candidatos será realizada por uma comissão, conforme instrumento de Seleção Pública, publicado na época oportuna. As etapas do processo seletivo serão constituídas de:

- a) Análise do plano de trabalho** (30 pontos);
- b) Memorial descritivo** (40 pontos)
- c) Entrevista** (30 pontos)

A classificação se dará por ordem de pontuação, e em caso de empate, será avaliado o memorial considerando a trajetória de vida, acadêmica e profissional com o campo e com a Educação do Campo; persistindo o empate, será considerado o maior tempo de exercício na atividade. Na avaliação da trajetória acadêmica serão priorizados os docentes que não tiverem curso de especialização *Lato Sensu*.

7.3 Período do curso, periodicidade e carga horária

O curso terá duração de 18 meses com encontros concentrados nos finais de semana (sábado e domingo), quinzenalmente ou mensalmente, conforme calendário específico do mês de referência, totalizando uma carga horária de 448 horas, sendo que 20% da carga horária total do curso (86 horas) serão ofertadas na modalidade semipresencial, conforme estabelece a Portaria 4.059 de 10 de dezembro de 2004, do Ministério da Educação.

8 MECANISMOS DE EXECUÇÃO DO CURSO

O curso terá duração de 18 (dezoito) meses com encontros concentrados nos finais de semana, quinzenalmente ou mensalmente.

O primeiro momento caracterizar-se-á por Seminário de Integração e Planejamento entre professores e estudantes, a fim de apresentar a proposta do curso de forma mais aprofundada, discussão das temáticas-chave do escopo do curso, formas de avaliação, etc. Esse momento inicial necessariamente não se caracterizará como parte da carga horária do curso, porém configura-se como atividade de caráter obrigatório.

Tem-se como ferramenta de suporte pedagógico, interatividade e garantia do contínuo acompanhamento dos estudantes pelos professores, a plataforma Moodle. Como estratégia de fomento e delineamento do projeto de intervenção, a discussão em torno disso se dará não apenas de forma estanque na disciplina “Metodologia da Pesquisa”, mas continuamente enquanto trajetória articulada com as outras disciplinas e cuja orientação também dar-se-á pelo ambiente Moodle. Isto significa que a construção do Projeto de Intervenção será processual.

8.1 Sistema de Avaliação

A avaliação será processual e continuada, de cunho quantitativo e qualitativo, através de instrumentos diversos (ensaios, textos, registro de experiências, artigos, relatórios, etc.), nos quais serão conferidas notas numa escala de 0 a 10, cuja média para aprovação deverá ser igual ou superior a 7,0.

O trabalho final de conclusão do curso deverá ser um Projeto de Intervenção, construído ao longo do curso e com resultados parciais ou finais de sua execução, sistematizados na forma de Monografia. Ao início do curso, cada estudante terá um professor-orientador do Projeto de Intervenção, cuja base metodológica estará atrelada na pesquisa-ação. Caso seja necessário, o estudante também poderá ter um co-orientador.

A Monografia será submetida à apreciação por uma Banca Julgadora, composta por três membros com formação acadêmica em nível de mestrado, incluído o orientador. Para os casos em que o orientando tenha orientador e co-orientador será necessário, além destes, mais dois membros para compor a banca.

A certificação está condicionada a aprovação da Monografia pela Banca examinadora. A Monografia, com o mínimo de 40 páginas, deverá ser entregue no final do terceiro semestre.

Para os estudantes aprovados na Monografia (exceto aqueles com restrição), será dado um prazo de 60 dias para entrega de artigo científico para publicação em revista institucional ou meios similares.

8.2 Certificação

A instituição certificadora será o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. Também serão efetuadas as emissões dos históricos escolares, ambos com validade nacional.

8.3 Frequência

De acordo com a Resolução do CNE/CES nº 1, de 03 de abril de 2001 é obrigatório a frequência de 75% em cada disciplina. Ficará sob a responsabilidade de cada professor o registro da frequência dos estudantes no diário de frequência.

9 CORPO DOCENTE

I SEMESTRE	PROFESSOR	INSTITUIÇÃO	TITULAÇÃO	LATTES
Questão Agrária	Fábio Gonçalves da Silva	Professor Efetivo - Campus Bom Jesus da Lapa	MESTRE	http://lattes.cnpq.br/0487264474214645
Educação do Campo e Etnomatemática I	Ediênio Vieira Farias	Professor Efetivo - Campus Bom Jesus da Lapa	MESTRE	http://lattes.cnpq.br/0831759035700134
Educação do Campo e o Ensino de Ciências Humanas I	Geângelo de Matos Rosa	Professor Efetivo - Campus Bom Jesus da Lapa	MESTRANDO	http://lattes.cnpq.br/7402464024398360
Educação do Campo e o Ensino de Ciências Naturais I	Fabiana Santos da Silva	Professor Efetivo - Campus Bom Jesus da Lapa	DOUTOR	http://lattes.cnpq.br/6041538070414087
Ambiente, Sociedade e Economia	Rodrigo Neves Araújo	Servidor Efetivo - Campus Bom Jesus da Lapa (Colaborador)	MESTRE	http://lattes.cnpq.br/4926483927929734
Metodologia da Pesquisa I	Estácio Moreira da Silva	Professor Efetivo - Campus Bom Jesus da Lapa	DOUTORANDO	http://lattes.cnpq.br/7160508991144289
II SEMESTRE	PROFESSOR	INSTITUIÇÃO	TITULAÇÃO	LATTES
Movimentos Sociais e Educação do Campo	Estácio Moreira da Silva	Professor Efetivo - Campus Bom Jesus da Lapa	DOUTORANDO	http://lattes.cnpq.br/7160508991144289
Educação do Campo e Gestão Educacional	Dário Soares da Silva	Professor Efetivo - Campus Bom Jesus da Lapa	MESTRANDO	http://lattes.cnpq.br/9927493834143431
Educação do Campo e Etnomatemática II	Ediênio Vieira Farias	Professor Efetivo - Campus Bom Jesus da Lapa	MESTRE	http://lattes.cnpq.br/0831759035700134
Educação do Campo e o Ensino de Ciências Humanas II	Fábio Gonçalves da Silva	Professor Efetivo - Campus Bom Jesus da Lapa	MESTRE	http://lattes.cnpq.br/0487264474214645
Educação do Campo e o Ensino de Ciências Naturais II	Marcos Aurélio da Silva	Professor Efetivo - Campus Bom Jesus da Lapa	DOUTOR	http://lattes.cnpq.br/9876830140069685
Educação do Campo e Agroecologia	Emerson Alves dos Santos	Professor Efetivo - Campus Bom Jesus da Lapa	DOUTOR	http://lattes.cnpq.br/0433125584300217
Metodologia da Pesquisa II	Junio Batista Custodio	Servidor Efetivo - Campus Bom Jesus da Lapa (colaborador)	MESTRE	http://lattes.cnpq.br/0246349034307229

III SEMESTRE	PROFESSOR	INSTITUIÇÃO	TITULAÇÃO	LATTES
Educação do Campo, Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial	Rodrigo Neves Araújo	Servidor Efetivo - Campus Bom Jesus da Lapa (Colaborador)	MESTRE	http://lattes.cnpq.br/4926483927929734
Educação do Campo, Letramento e Linguagens	Ketchen Pâmela dos Santos Gouveia	Professor Efetivo - Campus Bom Jesus da Lapa	MESTRANDA	http://lattes.cnpq.br/6880938772963165
Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos	Junio Batista Custodio	Professor Efetivo - Campus Bom Jesus da Lapa	MESTRE	http://lattes.cnpq.br/0246349034307229
Música e Educação do Campo	Vasni dos Santos Silva Filho	Professor Efetivo - Campus Bom Jesus da Lapa	ESPECIALISTA	http://lattes.cnpq.br/5456969122624962
TCC – Todos	Todos os docentes	Servidores Efetivos - Campus Bom Jesus da Lapa	_____	_____
Seminário Integrador	Todos os docentes	Servidores Efetivos - Campus Bom Jesus da Lapa	_____	_____

10 MATRIZ CURRICULAR

I SEMESTRE

	CH Presencial	CH EaD	CH Total
Questão Agrária	24	6	30
Educação do Campo e Etnomatemática I	16	4	20
Educação do Campo e o Ensino de Ciências Humanas I	16	4	20
Educação do Campo e o Ensino de Ciências Naturais I	16	4	20
Ambiente, Sociedade e Economia	24	6	30
Metodologia da Pesquisa I	16	4	20
Sub-total	112	28	140

II SEMESTRE

			CARGA HORÁRIA
Movimentos Sociais e Educação do Campo	24	6	30
Educação do Campo e Gestão Educacional	16	4	20
Educação do Campo e Etnomatemática II	16	4	20
Educação do Campo e o Ensino de Ciências Humanas II	16	4	20
Educação do Campo e o Ensino de Ciências Naturais II	16	4	20
Educação do Campo e Agroecologia	32	8	40
Metodologia da Pesquisa II	16	4	20
Su-total	136	34	170

III SEMESTRE

			CARGA HORÁRIA
Educação do Campo, Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial	24	6	30
Educação do Campo, Letramento e Linguagens	24	6	30
Educação de Jovens e Adultos do Campo	24	6	30
Música e Educação do Campo	16	4	20
TCC - Todos	16	4	20
Seminário Integrador	8	0	8
Sub-total	112	26	138
Total	360	88	448

11 PROGRAMAS DOS COMPONENTES CURRICULARES

PRIMEIRO SEMESTRE

Componente Curricular		Questão Agrária	
Semestre	CH Presencial	CH EaD	CH Total
1	24	6	30
EMENTA			
O debate teórico sobre a produção familiar segundo as grandes vertentes analítico-interpretativas: Marx, Lênin, Kautsky e Chayanov. Os enfoques sociológicos alternativos e contemporâneos.			

Componente Curricular		Educação do Campo e Etnomatemática I	
Semestre	CH Presencial	CH EaD	CH Total
1	16	4	20
EMENTA			
Construção do conceito etnomatemático e seus fundamentos teóricos. Educação do Campo e a matemática como cultura. A etnomatemática e a formação do educador matemático. Etnomatemática e a sala de aula. Educação Matemática. O desenvolvimento histórico da matemática: visões alternativas.			

Componente Curricular		Educação do Campo e o Ensino de Ciências Humanas I	
Semestre	CH Presencial	CH EaD	CH Total
1	16	4	20
EMENTA			
Abordagens metodológicas da História. História Oral. Povos e Comunidade Tradicionais. Educação e Saberes Tradicionais. Cultura, Identidade e Territórios Tradicionais. Etnoeducação. Pedagogia da Terra. Ecopedagogia.			

Componente Curricular		Educação do Campo e o Ensino de Ciências Naturais I	
Semestre	CH Presencial	CH EaD	CH Total
1	16	4	20
EMENTA			
Noções básicas das relações: planta, água, solo e atmosfera. Conceitos fundamentais de ecologia: Níveis de organização biológicos e suas propriedades emergentes. Ecologia de Ecossistema. Ecologia Métodos de ensino; formação de conceitos; orientações gerais para a prática do professor; a teoria na prática.			

Componente Curricular		Ambiente, Sociedade e Economia	
Semestre	CH Presencial	CH EaD	CH Total
1	24	6	30
EMENTA			
Modos de produção e consumo. Noções de economia política. Relação entre ambiente e sociedade: agroecologia, sustentabilidade, agricultura familiar. Noções sobre agroecossistemas, manejo e impactos ambientais.			

Componente Curricular		Metodologia da Pesquisa I	
Semestre	CH Presencial	CH EaD	CH Total
1	16	4	20
EMENTA			
A construção do objeto de pesquisa em Educação: motivações, delimitação do problema de pesquisa, delineamento teórico. Estruturação do projeto, coleta de dados, análise e interpretação de dados. A abordagem qualitativa com a utilização e interpretação de dados qualitativos.			

SEGUNDO SEMESTRE

Componente Curricular		Movimentos Sociais e Educação do Campo	
Semestre	CH Presencial	CH EaD	CH Total
2	24	6	30
EMENTA			
Contextualização histórico-social dos movimentos sociais no Brasil; O caráter educativo dos movimentos sociais de base popular; a produção de saberes sociais gerados nas lutas sociais e sua inclusão na educação sistematizada escolar; a relação entre educação, movimentos sociais e cidadania; os movimentos sociais do campo e a educação do campo. Fundamentos e princípio da Educação do Campo.			

Componente Curricular		Educação do Campo e Gestão Educacional	
Semestre	CH Presencial	CH EaD	CH Total
2	16	4	20
EMENTA			
Organização da Educação Nacional. Competências e responsabilidade dos entes federados com a Educação do Campo. Conselho de Educação no âmbito dos sistemas. Gestão educacional: Financiamento e gestão orçamentária da educação do campo; Gestão de recursos materiais (relação da infraestrutura escolar e condições de funcionamento das escolas para a qualidade do ensino); gestão democrática; gestão pedagógica da educação escolar no campo.			

Componente Curricular		Educação do Campo e Etnomatemática II	
Semestre	CH Presencial	CH EaD	CH Total
2	16	4	20
EMENTA			
A transposição do conhecimento matemático na Educação do Campo de nível fundamental e médio. Práticas etnomatemáticas de grupos culturalmente distintos: povos tradicionais do campo, comunidades quilombolas rurais, povos indígenas, ribeirinhos.			

Componente Curricular		Educação do Campo e o Ensino de Ciências Humanas II	
Semestre	CH Presencial	CH EaD	CH Total
2	16	4	20
EMENTA			
As principais categorias e conceitos geográficos. Perspectivas teórico-metodológicas da Geografia para leitura e interpretação do espaço rural e urbano. Território e Cultura. O Global e o Local. A questão agrária brasileira; a constituição histórica das forças produtivas e as relações sociais de produção no campo. As mudanças do mundo do trabalho e as implicações sobre a educação do trabalhador. As relações de produção no campo e a educação popular. Metodologias para o ensino de Geografia. Abordagens pedagógicas sobre a Questão Ambiental, a partir da perspectiva geográfica.			

Componente Curricular		Educação do Campo e o Ensino de Ciências Naturais II	
Semestre	CH Presencial	CH EaD	CH Total
2	16	4	20
EMENTA			
Abordagem sócio-histórica contextualizada do conhecimento da área CIÊNCIAS DA NATUREZA (CN) visando à compreensão da realidade e suas especificidades com o campo. Laboratório de ensino de ciências: montagem, organização, uso e manutenção. Elaboração e seleção de atividades experimentais e sua inserção no planejamento de ensino. A aula com atividades experimentais a partir do contexto do meio rural. Registro e avaliação das atividades experimentais. O uso de materiais alternativos e de baixo custo nas atividades experimentais. Normas de segurança para o desenvolvimento de atividades experimentais no Ensino Fundamental.			

Componente Curricular		Educação do Campo e Agroecologia	
Semestre	CH Presencial	CH EaD	CH Total
2	32	8	40
EMENTA			
Trabalho como princípio educativo. Educação do Campo, Cultura e Agroecologia. Saberes Tradicionais, Agroecologia e Educação do Campo. As bases científicas da agricultura sustentável; Introdução à agroecologia e à transição agroecológica; Gênese e emergência da ciência Agroecologia; o conceito de transição agroecológica e seus níveis. Princípios da agroecologia aplicados na agricultura familiar; Características de um processo de desenvolvimento rural sustentável de território rural baseado nos princípios da agroecologia; Atores sociais ligados à agricultura familiar e as questões ambientais, sociais e econômicas ligadas à produção orgânica.			

Componente Curricular		Metodologia da Pesquisa II	
Semestre	CH Presencial	CH EaD	CH Total
1	16	4	20
EMENTA			
A pesquisa como princípio pedagógico. Tendências metodológicas da pesquisa educacional: Etonometodologia, Pesquisa-Ação e Pesquisa Participante, Materialismo histórico-dialético. Elaboração dos aspectos teórico-metodológicos do projeto de conclusão de curso.			

TERCEIRO SEMESTRE

Componente Curricular		Educação do Campo, Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial	
Semestre	CH Presencial	CH EaD	CH Total
3	24	6	30
EMENTA			
Estado e Sociedade. Direitos Sociais. Análise de Políticas Públicas. Sistema educacional e modalidades de ensino: perspectivas históricas e abordagens atuais. Políticas de Educação do Campo. Sistema de Avaliação e Monitoramento da Educação do Campo. Políticas de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial. Características sociais, políticas e econômicas do campo brasileiro. Heterogeneidade e características das populações do campo.			

Componente Curricular		Educação do Campo, Letramento e Linguagens	
Semestre	CH Presencial	CH EaD	CH Total
3	24	6	30
EMENTA			
Discussão dos conceitos de alfabetização e letramento sob diferentes perspectivas: antropológica, linguística e pedagógica. Linguagens e escritas como instrumentos do conhecimento. Perspectivas e fundamentos para a organização e produção de materiais em projetos de letramentos na educação rural. Literatura e Ruralidade.			

Componente Curricular		Educação de Jovens e Adultos do Campo	
Semestre	CH Presencial	CH EaD	CH Total
3	24	6	30
EMENTA			
Parecer CNE/CEB nº 11/2000 - diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. O analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional no campo. O Conceito de Educação ao longo da vida e sua relação com os sujeitos do Campo. Desenvolvimento psicológico e aprendizagem na adolescência e vida adulta. As demandas do mundo do trabalho e a educação de jovens e adultos. Temas geradores na Educação de Jovens e Adultos do Campo. O Conceito de Educação Popular no Campo: reflexões sobre as experiências Freirianais.			

Componente Curricular		Educação do Campo, Cultura e Diversidade	
Semestre	CH Presencial	CH EaD	CH Total
3	16	4	20
EMENTA			
Discute a dimensão da música e da musicalidade na educação do campo. As diferentes expressões musicais do campo. A música como componente pedagógico: teoria e prática.			

Componente Curricular		Trabalho de Conclusão de Curso	
Semestre	CH Presencial	CH EaD	CH Total
3	16	4	20
EMENTA			
Realização de orientações de cunho teórico e metodológico visando à elaboração dos projetos de pesquisas e intervenção.			

Componente Curricular		Seminário Integrador	
Semestre	CH Presencial	CH EaD	CH Total
3	8	0	8
EMENTA			
Atividade científica de socialização dos resultados das pesquisas.			

12. INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL

O *Campus* Bom Jesus da Lapa possui uma área total de 92 hectares, destes, 4 ha estão destinados a infraestrutura física, como salas de aula, laboratórios, a sede administrativa e pedagógica, refeitório, ginásio de esportes, garagem e estacionamento, enquanto 88 ha foram destinados à implantação dos projetos agrícolas e unidades educativas de campo.

12.1 Infraestrutura Física

Atualmente o *Campus* dispõe de uma área construída superior a 4.000 m² sendo distribuída em salas de aula, laboratórios, setor administrativo e pedagógico, refeitório, ginásio de esportes, garagem e estacionamento.

No Quadro 1, encontram-se descritas características inerentes a cada um dos espaços físicos citados.

Quadro 1 - Instalações físicas do *Campus* Bom Jesus da Lapa.

INSTALAÇÕES FÍSICAS			
Instalação	Quantidade	Área	Área total
Área de circulação	01	170 m ²	170 m ²
Auditório	01	215 m ²	215 m ²
Biblioteca	01	125 m ²	125 m ²
Coordenação de Curso	01	33 m ²	33 m ²
Coordenação de Ensino	01	30 m ²	30 m ²
Diretoria Administrativa	01	30 m ²	30 m ²
Diretoria Acadêmica	01	30 m ²	30 m ²
Direção Geral	01	21 m ²	21 m ²
Laboratório de biologia	01	62 m ²	62 m ²
Laboratório de física	01	62 m ²	62 m ²
Laboratório de informática com 30 computadores	06	59 m ²	354 m ²
Laboratório de matemática	01	27 m ²	27 m ²
Laboratório de química	01	62 m ²	62 m ²
Núcleo de Atendimento ao Educando	01	18 m ²	18 m ²
Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas	01	18 m ²	18 m ²
Praça de alimentação	01	74 m ²	74 m ²
Refeitório	01	127 m ²	127 m ²
Sala de professores	01	34 m ²	34 m ²
Sala de reuniões	01	27 m ²	27 m ²
Sala de videoconferência	01	62 m ²	62 m ²
Sala do servidor	01	18 m ²	18 m ²
Salas de Administração	01	20 m ²	20 m ²
Salas de Administração	01	30 m ²	30 m ²

Salas de Administração	02	23 m ²	46 m ²
Salas de Administração	03	15 m ²	45 m ²
Salas de aula	08	59 m ²	472 m ²
Salas de aula	02	83 m ²	166 m ²
Sanitários	02	18 m ²	36 m ²
Sanitários	02	22 m ²	44 m ²
Sanitários	02	9 m ²	18 m ²
Secretaria de Registros Escolares	01	34 m ²	34 m ²

12.1.1 Recursos Didáticos

A Equipe Técnico-Pedagógica e os professores do *Campus* são munidos das condições necessárias para o desenvolvimento de suas atividades, dispondo de notebooks, lousas interativas, projetores multimídia e equipamentos de som. Cumpre ressaltar que todas as salas possuem seus respectivos projetores multimídia instalados e em funcionamento.

12.1.2 Salas de Aula

O Campus possui dez salas de aula seguras e acessíveis, mobiliadas com 40 cadeiras cada, todas com aparelhos de ar condicionado, sendo arejadas e bem ventiladas, com boa acústica e excelente estado de conservação.

No Quadro 2 constam as dimensões das salas de aula.

Quadro 2 - Salas de Aula do *Campus* Bom Jesus da Lapa.

Instalação	Quantidade	Área	Área total
Salas de aula	08	59 m ²	472 m ²
Salas de aula	02	83 m ²	166 m ²

12.1.3 Laboratórios

O Campus dispõe de 9 laboratórios (5 de informática, 1 de Biologia, 1 de Química, 1 de matemática/física e 1 de Desenho Técnico e Topografia). Um dos laboratórios de informática possui softwares específicos, como AutoCAD para Mac, Editores de apresentação, texto e planilhas (LibreOffice) com previsão de aquisição e instalação progressiva de outros programas.

No Quadro 3, encontram-se descritos os equipamentos e instrumentos que estruturam os referidos laboratórios.

Quadro 3 - Equipamentos e instrumentos dos laboratórios do *Campus* Bom Jesus da Lapa.

EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS DOS LABORATÓRIOS		
Equipamentos/Instrumentos	Quantidade	Unidade

Agitador de peneiras com peneiras	1	Unid.
Balança digital capacidade 30 kg	1	Unid.
Balança mecânica capacidade 300 kg	1	Unid.
Banco óptico	4	Unid.
Barômetro	4	Unid.
Bateria musical	1	Unid.
Caixa de som amplificada	1	Unid.
Capela exaustão de gases	1	Unid.
Computadores	120	Unid.
Condutivímetro portátil	1	Unid.
Dinamômetro	20	Unid.
Estação meteorológica automática	1	Unid.
Estação Total	1	Unid.
Gerador eletrostático	5	Unid.
GPS de navegação	3	Unid.
Guitarra	1	Unid.
Kit infiltrômetro	2	Unid.
Laboratório portátil de física	4	Unid.
Laser rotativo	2	Unid.
Medidor Índice de acidez	1	Unid.
Mesa de desenho	22	Unid.
Microscópio Binocular	5	Unid.
Microscópio com câmara de vídeo	1	Unid.
Microscópio estereoscópico	2	Unid.
Modelo anatômico cabeça humana	1	Unid.
Modelo anatômico caule dicotiledônea	1	Unid.
Modelo anatômico caule monocotiledônea	1	Unid.
Modelo anatômico célula nervosa	1	Unid.
Modelo anatômico cérebro humano	1	Unid.
Modelo anatômico coração humano	1	Unid.
Modelo anatômico da célula animal	1	Unid.
Modelo anatômico da célula vegetal	1	Unid.
Modelo anatômico da folha	1	Unid.
Modelo anatômico da raiz	1	Unid.
Modelo anatômico desenvolvimento embrionário em 08 fases	1	Unid.
Modelo anatômico esqueleto humano	1	Unid.
Modelo anatômico medula espinhal humana	1	Unid.
Modelo anatômico meiose	1	Unid.
Modelo anatômico mitose	1	Unid.
Modelo anatômico olho humano	1	Unid.
Modelo anatômico ouvido	1	Unid.
Modelo anatômico pele humana	1	Unid.
Modelo anatômico pélvis feminina	1	Unid.
Modelo anatômico pélvis masculina	1	Unid.
Modelo anatômico rim humano	1	Unid.
Modelo anatômico sapo em corte	1	Unid.
Modelo anatômico sistema digestório humano	1	Unid.

Modelo anatômico sistema reprodutivo humano	1	Unid.
Modelo anatômico sistema respiratório humano	1	Unid.
Modelo anatômico torso humano	1	Unid.
Modelo dupla hélice de DNA	1	Unid.
Nobreak	50	Unid.
Paquímetro universal	10	Unid.
Pêndulo de Newton	5	Unid.
Plano inclinado	4	Unid.
Receptor GNSS (GPS geodésico)	1	Unid.
Teodolito	2	Unid.
Termômetro tipo espeto	3	Unid.
Trado holandês	8	Unid.
Trado para amostras indeformadas	1	Unid.

12.1.4 Biblioteca

A Biblioteca do IF Baiano - *Campus* Bom Jesus da Lapa encontra-se instalada em sala construída para esse fim. Os balcões, as mesas, as cadeiras e as estantes de livros são adequadas às exigências próprias da biblioteca. Contém também cabines de estudo individual, e um saguão com mesas apropriadas para pesquisa e estudos coletivos.

Atualmente, o Campus dispõe de 2.376 exemplares de livros nas seguintes áreas do conhecimento: ciências agrárias, tecnologia da informação e comunicação, educação, ciências humanas, ciências naturais e exatas.

A Biblioteca é constantemente atualizada mediante aquisição de livros, com vistas a atender às necessidades dos cursos. As aquisições de livros são feitas a partir de listas selecionadas, indicadas pelos professores e coordenadores de cada curso, as quais passam a constar de um plano anual de atualização do acervo. Além disso, as atualizações são feitas a partir de catálogos recebidos das editoras, que contém os últimos lançamentos editoriais.

Atualmente, o Campus dispõe dos seguintes referenciais bibliográficos para sustentação dos cursos ofertados:

Quadro 4 – Acervo Bibliográfico do *Campus* Bom Jesus da Lapa.

CIÊNCIAS SOCIAIS, SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA			
TÍTULO	AUTOR	ANO	QUANTIDADE
EXTENSÃO OU COMUNICAÇÃO	PAULO FREIRE	2011	10
REENGENHARIA DO TEMPO	ROSISKA DARCY DE OLIVEIRA	2003	1
O QUE É COOPERATIVISMO	GILVANDO SÁ LEITÃO RIOS	2007	1
O CONTRATO SOCIAL	JEAN-JACQUES ROUSSEAU	2012	2
O PRÍNCIPE/MAQUIAVEL	NICOLÓ DI BERNARDO DEI MACHIAVELLI	2011	3
PERFIL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: 2011/IBGE	COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES	20011	1

	SOCIAIS		
INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA	T. B. BOTTOMORE	2008	5
TRATADO DE SOCIOLOGIA	RAYMOND BOUDON	1995	5
SOCIOLOGIA DAS ORGANIZAÇÕES	REINALDO DIAS	2008	3
SOCIOLOGIA	JOEL M. CHARON	2004	5
SOCIOLOGIA GERAL	ANTONIO CARLOS GIL	2011	3
SOCIOLOGIA: INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DA SOCIEDADE	MARA CRISTINA CASTILHO COSTA	2005	5
SOCIOLOGIA	RICHARD T. SCHAEFER	2006	5
DICIONÁRIO DE SOCIOLOGIA: DICIONÁRIOS TEMÁTICOS	RUI LEANDRO MAIA	2002	1
ENSAIOS DE SOCIOLOGIA	MAX WEBER	2010	5
SOCIOLOGIA E SOCIEDADE: LEITURAS DE INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA	MARIALICE MENCARINI FORACCHI, JOSÉ DE SOUZA MARTINS	2008	5
AGRONEGÓCIOS: GESTÃO E INOVAÇÃO	LUÍS FERNANDO SOARES ZUIN, TIMÓTEO RAMOS QUIROZ	2006	1
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: PROMULGADA EM 5 DE OUTUBRO DE 1988	OBRA COLETIVA DE AUTORIA DA EDITORA SARAIVA COM A COLABORAÇÃO DE LUIZ ROBERTO CURIA, LIVIA CÉSPEDES E JULIANA NICOLETTI	2012	1
LEI 8.112/90 COMENTADA: REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	PAULO DE MATOS FERREIRA DINIZ	2009	2
ASPECTOS JURÍDICO DA INTERNET	GUSTAVO TESTA CORRÊA	2010	5
ECONOMIA ECOLÓGICA: INTRODUÇÃO À ECONOMIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS	GONZAGUE PILLET		1
ESTUDOS ANALÍTICO-DESCRIPTIVO COMPARATIVO DO SETOR EDUCACIONAL DO MERCOSUL: (1996 - 200)	SETOR EDUCATIVO DO MERCOSUL	2005	1
MULTILATERALISMO E REAÇÕES SUL-AMERICANAS	MÔNICA DIAS MARTINS E ROSEMARY GALLI	2011	1
MICROCRÉDITO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	ARNALDO SANTOS E FRANCISCO F. DE GOIS	2011	2
PRINCÍPIOS DE ECONOMIA	CARLOS ROBERTO MARTINS PASSOS, OTTO NOGAMI	2009	1
POLÍTICA PRODUTIVA PARA O NORDESTE - UMA PROPOSTA	BANCO DO NORDESTE	2006	1
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	ARÍDIO SILVA, ARAÚJO RIBEIRO	2004	1
ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA	IDALBERTO CHIAVENATO	2008	1
FINANÇAS PÚBLICAS: CONTROLADORIA GOVERNAMENTAL	BLÊNIO CÉSAR SEVERO PEIXE	2011	1
PROPRIEDADE INTELECTUAL: DIREITOS AUTORAIS, DIREITOS CONEXOS E SOFTWARE	DENIS BORGES BARBOSA	2003	1
PROTEÇÃO DAS MARCAS: UMA PERSPECTIVA SEMILÓGICA	DENIS BORGES BARBOSA	2008	1
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000	JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES	2012	1

DIREITO DA INOVAÇÃO: COMENTÁRIOS À LEI FEDERAL DE INOVAÇÃO, INCENTIVOS FISCAIS À INOVAÇÃO, LEGISLAÇÃO ESTADUAL E LOCAL, PODER DE COMPRA DO ESTADO (MODIFICAÇÃO À LEI DE LICITAÇÕES)	DENIS BORGES BARBOSA	2011	2
INTRODUÇÃO À GESTÃO PÚBLICA	CLEZIO SALDANHA DOS SANTOS	2006	1
ORÇAMENTO PÚBLICO	JAMES GIACOMONI	2010	1
ORÇAMENTO APLICADO AO SETOR PÚBLICO: ABORDAGEM SIMPLES E OBJETIVA	JOÃO EUDES BEZERRA FILHO	2012	1
ESTRATÉGIAS ELEITORAIS: MARKETING POLÍTICO	CARLOS AUGUSTO MANHANELLI	1988	1
DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	ANTONIO PAGLIARO	2009	1
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: LEGISLAÇÃO COMENTADA ARTIGO POR ARTIGO; DOCTRINA, LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA	JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA	2012	2
COMBATE A CARTÉIS E PROGRAMA DE LENIÊNCIA			1
SEGURANÇA DO TRABALHO	ADRIANO AURÉLIO RIBEIRO BARBOSA	2011	1
CIPA: GUIA PRÁTICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	BRUNO PAOLESCHI	2009	1
SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	MANUAIS DE LEGISLAÇÃO ATLAS	2011	3
ESTUDOS DE POLITECNIA E SAÚDE	MAURÍCIO MONKEN, ANDRÉ VIANNA DANTAS	2009	1
MODELO DE ATIVIDADE: EDUCAÇÃO EM SAÚDE	CLÁUDIA MÁRCIA SANTOS BARROS, RITA DE CÁSSIA GONZAGA MARTORELLI	2006	1
O MONGE E O EXECUTIVO	JAMES C. HUNTER	2004	2
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR: ESTUDOS E PROPOSIÇÕES	CIPRIANO CARLOS LUCKESI	2011	2
GUIA PARA NORMALIZAÇÃO DE TRABALHOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS: PROJETOS DE PESQUISA, TRABALHOS ACADÊMICOS, DISSERTAÇÕES E TESES	ANGELA MARIA SILVA, MARIA SALETE DE FREITAS PINHEIRO	2008	14
ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO	JOSÉ ABRANTES	2004	1
AGRONEGÓCIO NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA FINANCEIRA	CARLOS ALBERTO FERREIRA WIDONSCK	2009	8
EXPORTAÇÃO AGRÍCOLA: A REGULAMENTAÇÃO DOS SUBSÍDIOS NA OMC	LUCIANA MARIA OLIVEIRA	2008	8
FUNDAMENTOS DA PROPRIEDADE RURAL: CONFLITOS AGRÁRIOS E JUSTIÇA SOCIAL	CRISTIANE LISITA	2004	1
ATIVIDADE RURAL: ASPECTOS CONTÁBEIS E TRIBUTÁRIOS	LÚCIA HELENA BRISKI YOUNG	2011	8
A PROPRIEDADE RURAL COMO SÍMBOLO	ANTÔNIO RIBEIRO DE ALMEIDA JÚNIOR, JOÃO LUÍS DE MORAES HOFFEL	2008	8
FINANCIAMENTO RURAL	LUTERO DE PAIVA PEREIRA	2009	8
IRRIGAÇÃO: PRINCÍPIOS E MÉTODOS	EVERALDO CHARTUNI MANTOVANI, SALASSIER BERNARDO	2009	10
IRRIGAÇÃO - SISTEMA LOCALIZADO DE BAIXO CUSTO	IVAM HOLANDA DE SOUZA	2003	1

MANUAL DE IRRIGAÇÃO	SALASSIER BERNARDO, ANTONIO ALVES SOARES	2006	12
USO E MANEJO DE IRRIGAÇÃO	PAULO EMÍLIO PEREIRA DE ALBUQUERQUE, FREDERICO OZANAN MACHADO DURÃES	2008	2
GESTÃO AGROINDUSTRIAL: GEPAI - GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS AGROINDUSTRIAIS	MÁRIO OTÁVIO BATALHA	2009	8
GESTÃO AGROINDUSTRIAL: GEPAI - GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS AGROINDUSTRIAIS	MÁRIO OTÁVIO BATALHA	2012	8
A POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM DA ERA DA GLOBALIZAÇÃO	ARLINDO CUNHA	2004	8
PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA CIÊNCIA DO SOLO	ROBERTE E. WHITE	2009	8
ELEMENTOS DA NATUREZA E PROPRIEDADES DOS SOLOS	NYLE C. BRADY, RAY R. WEIL	2013	10
FUNDAMENTOS DE ECONOMIA RURAL	ALESSANDRO PORPORATTI ARBAGE	2012	8
CRÉDITO RURAL, LIMITES DA LEGALIDADE.	LUTERO DE PAIVA PEREIRA	2009	8
ECONOMIA E POLÍTICA AGRÍCOLA NO BRASIL	CARLOS JOSÉ CAETANO BACHA	2012	8
FINANCIAMENTO RURAL: DOS OBJETOS ÀS ESCOLHAS EFETIVAS	ALDENÔR GOMES DA SILVA, ANIERES BARBOSA DA SILVA	2008	8
DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	FRANCISCO DINIZ BEZERRA, KAMILA VIEIRA DE MENDONÇA	2010	1
MANUAL DE IMPACTOS AMBIENTAIS: ORIENTAÇÕES BÁSICAS SOBRE ASPETOS AMBIENTAIS E ATIVIDADES PRODUTIVAS	BANCO DO NORDESTE	1999	1
TRAJETÓRIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A REGIÃO NORDESTE DO BRASIL E A BAIXA CALIFÓRNIA, MÉXICO	JAIR DO AMARAL FILHO E JORGE CARRILLO	2011	1
CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO: UMA HISTÓRIA DE SUCESSO E EMPREENDEDORISMO EM SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	BRUNO BEZERRA	2004	1
A TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA NO BRASIL (ASPECTOS CONTRATUAIS E CONCORRENCIAIS DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL)	JOÃO MARCELO DE LIMA ASSAFIM	2010	1
PROPRIEDADE INTELECTUAL E DESENVOLVIMENTO	WELBER BARRAL, LUIZ OTÁVIO PIMENTEL	2006	1
INTRODUÇÃO ÀS TEORIAS DA COMUNICAÇÃO	JEAN-PIERRE MEUNIER, DANIEL PERAYA	2008	5
TEORIAS DA COMUNICAÇÃO: O PENSAMENTO E A PRÁTICA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL	ILANA POLISTCHUK, ALUIZIO RAMOS TRINTA	2003	5
AS TEORIAS DA COMUNICAÇÃO	FRACISCO RÜDIGER	2011	5
CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA			
TÍTULO	AUTOR	ANO	QUANTIDADE
CULTIVO IN VITRO DE PLANTAS	L. PEDRO	2010	5
FUNDAMENTOS DE METODOLOGIA CIENTÍFICA	MARINA DE ANDRADE MARCONI E EVA MARIA LAKATOS	2010	2

METODOLOGIA CIENTÍFICA	AMADO L. CERVO, PEDRO A. BERVIAN	2007	16
METODOLOGIA CIENTÍFICA	EVA MARIA LAKATOS, MARINA DE ANDRADE MARCONI	2011	10
MÉTODO E METODOLOGIA NA PESQUISA CIENTÍFICA	NÉBIA MARIA ALMEIDA DE FIGUEREDO	2008	3
CIENTISTAS DO BRASIL; DEPOIMENTOS	APRESENTAÇÃO ENNIO CANDOTTI	1998	1
ELETRICIDADE BÁSICA	ROBERLAM GONÇALVES DE MENDONÇA; RUI VAGNER RODRIGUES DA SILVA	2010	3
BIOLOGIA DAS CÉLULAS	JOSÉ MARIANO AMABIS, GILBERTO RODRIGUES MARTHO	2004	7
BIOLOGIA DOS ORGANISMOS	JOSÉ MARIANO AMABIS, GILBERTO RODRIGUES MARTHO	2004	8
ZOOLOGIA AGRÍCOLA: MANEJO ECOLÓGICO DE PRAGAS	FLÁVIO ROBERTO MELLO GARCIA	2008	7
FISIOLOGIA VEGETAL	GILBERTO BARBANTE KERBAUY	2012	8
FISILOGIA VEGETAL	LINCOLN TAIZ, EDUARDO ZEIGER	2013	8
FISIOLOGIA VEGETAL: FOTOSSÍNTESE, RESPIRAÇÃO, RELAÇÕES HÍDRICAS E NUTRIÇÃO MINERAL	RICARDO A. MARENCO, NEI FERANDES LOPES	2009	7
MANUAL DE FITOPATOLOGIA: PRINCÍPIOS E CONCEITOS	LILIAN AMORIM, JORGE ALBERTO MARQUES REZENDE	2011	12
MANUAL DE FITOPATOLOGIA: DOENÇAS DAS PLANTAS CULTIVADAS	HIROSHI KIMATI, LILIAM AMORIM	2005	10
PLANTAS DA ILHA DE DURAKA	MADALENA OTAVIANO AGUIAR, ELAINE N. MALHEIROS FREITAS	2005	1
O MEIO AMBIENTE PARA PEQUENAS EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL E SUAS PRÁTICAS DE GESTÃO AMBINETAL	ELIZABETH CASTRO BRANCO	2012	1
CIÊNCIAS APLICADAS			
TÍTULO	AUTOR	ANO	QUANTIDADE
ADMINISTRAÇÃO DA INFORMAÇÃO: FUNDAMENTOS E PRÁTICAS PARA UMA GESTÃO DO CONHECIMENTO	JOSÉ OSVALDO DE SORDI	2008	1
LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL	ALINE CRISTINA COLETO, CÍCERO JOSÉ ALBANO	2010	1
NÃO TENHA MEDO DE GERENCIAR SEU CHEFE	BRUCE TULGAN	2012	1
INOVAÇÃO E ESPÍRITO EMPREENDEDOR: PRÁTICA E PRINCÍPIOS	PETER FERDINAND DRUCKER	2010	1
INTRODUÇÃO AO EMPREENDEDORISMO: CONSTRUINDO A ATITUDE EMPREENDEDORA	CESAR SIMÕES SALIM, NELSON CALDAS SILVA	2010	16
EMPREENDEDORISMO: DANDO ASAS AO ESPÍRITO EMPREENDEDOR	IDALBERTO CHIAVENATO	2008	5
EMPREENDEDORISMO CRIATIVO - A NOVA DIMENSÃO DA EMPREGABILIDADE	GERALDO FERREIRA DE ARAUJO FILHO	2007	4

EMPREENDEDEDORISMO: TRANSFORMANDO IDEIAS EM NEGÓCIOS	JOSÉ CARLOS ASSIS DORNELAS	2012	8
EMPREENDEDEDORISMO: TRANSFORMANDO IDÉIAS EM NEGÓCIOS	JOSÉ CARLOS ASSIS DORNELAS	2008	8
EMPREENDEDEDORISMO	FERNANDO ALVARO OSTUNI GAUTHIER, MARCELO MACEDO	2010	3
LOGÍSTICA APLICADA: SUPRIMENTO E DISTRIBUIÇÃO FÍSICA	ANTONIO CARLOS ALVARENGA, ANTONIO GALVÃO N. NOVAES	2000	1
ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS	PAULO SÉRGIO GONÇALVES	2007	2
GESTÃO DE PESSOAS: O NOVO PAPEL DOS RECURSOS HUMANOS NAS ORGANIZAÇÕES	IDALBERTO CHIAVENATO	2010	1
GESTÃO DE PESSOAS	ÉRICO DA SILVA COSTA	2010	2
GESTÃO DE PROJETOS	JACK GIDO, JAMES P. CLEMENTS	2011	1
GESTÃO DA INOVAÇÃO DA PRÁTICA: COMO APLICAR CONEITOS E FERRAMENTAS PARA ALAVANCAR A INOVAÇÃO	FELIPE OST SCHERER, MAXIMILIANO SELISTRE CARLOMAGNO	2009	1
GESTÃO INTEGRADA DA INOVAÇÃO: ESTRATÉGIA, ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS	ELIZA CORAL, ANDRÉ OGLIARI	2011	1
GESTÃO DO CONHECIMENTO	HIROTAKE TAKEUCHI, IKUJIRO NONAKA	2008	1
GESTÃO AMBIENTAL: RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE	REINALDO DIAS	2011	3
ADMINISTRAÇÃO: LIDERANÇA E COLABORAÇÃO NO MUNDO COMPETITIVO	THOMAS S. BATEMAN	2007	13
ESTRATÉGIAS DE COMPRAS	ARMANDO OSCAR CARVALHO FILHO	2006	1
MÉTODOS E TÉCNICAS ADMINISTRATIVAS	CLAUDINEI PEREIRA GONÇALVES	2011	1
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA PRÁTICA	ADALBERTO A. FISCHMANN, MARTINHO ISNARD RIBEIRO DE ALMEIDA	2011	8
MANUAL DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: DESENVOLVIMENTO DE UM PLANO ESTRATÉGICO COM A UTILIZAÇÃO DE PLANILHAS DO EXCEL	MARTINHO ISNARD RIBEIRO DE ALMEIDA	2010	13
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: TEORIA, MODELOS E PROCESSOS	MAURÍCIO FERNANDES PEREIRA	2010	5
FUNDAMENTOS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E TÁTICO: PARA PROFISSIONAIS E ALUNOS DE CURSOS TÉCNICOS NAS ÁREAS DE GESTÃO, LOGÍSTICA E ADMINISTRAÇÃO	TED SOARES	2008	8
CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO: COMO ADAPTAR-SE ÀS MUDANÇAS	LYGIA CARVALHO ROCHA	2009	1
GESTÃO DE IDÉIAS PARA INOVAÇÃO CONTÍNUA	JOSÉ CARLOS BARBIERI, ANTONIO CARLOS TEIXEIRA ÁLVARES	2009	1
PLANO DE NEGÓCIOS: UM GUIA PRÁTICO	JOSÉ ARNALDO DEUTSCHER	2010	1
PLANO DE NEGÓCIOS: SEU GUIA	JOSÉ CARLOS ASSIS	2011	1

DEFINITIVO	DORNELAS		
PLANO DE NEGÓCIOS PARA PARA EMPREENDEMENTOS INOVADORES	CARLOS EDUARDO NEGRÃO BIZZOTTO	2008	1
MANUAL DE PLANO DE NEGÓCIOS: FUNDAMENTOS, PROCESSOS E ESTRUTURAÇÃO	LUIZ ANTONIO BERNARDI	2011	1
GESTÃO DE NEGÓCIOS	JAYR FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, JONAS PRADO	2005	6
GESTÃO DE NEGÓCIOS: UMA ABORDAGEM BRASILEIRA	AGRÍCOLA BETHLEM	1999	6
LOGÍSTICA APLICADA: SUPRIMENTO E DISTRIBUIÇÃO FÍSICA	LUIZ ANTONIO BERNAD	2011	1
PLANEJAMENTO E CONTROLE FINANCEIRO	MASAKAZU HOJI, HÉLIO ALVES DA SILVA	2010	1
BIOSSEGURANÇA	JOSIAS DO ESPÍRITO SANTO CORINGA	2010	2
A CADEIA PRODUTIVA DO BIODIESEL DA MAMONA NO CEARÁ	RICARDO DE ALBUQUERQUE MENDES	2008	1
CONTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO: TEORIA E PRÁTICA	NEUZA CORTE DE OLIVEIRA	2012	8
INFORMÁTICA APLICADAS ÀS ÁREAS DE CONTABILIDADE, ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA	EDGARD B. CORNACHIONE JR.	2010	4
OFICINA DO EMPREENDEDOR	FERNANDO DOLABELA	2008	5
O SEGREDO DE LUÍSA	FERNANDO DOLABELA	2008	9
A ARTE DO PLANEJAMENTO: VERDADES, MENTIRAS E PROPAGANDA	JON STEEL	2006	8
INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO	JOHN BESSANT, JOE TIDD	2009	1
MARKETING & AGRONEGÓCIO: A NOVA GESTÃO - DIÁLOGO COM A SOCIEDADE	JOSÉ LUIZ TEJON, CARIOLANO XAVIER	2009	8
EMPREENDEDORISMO E ESTRATÉGIA	HARVARD BUSINESS REVIEW	2002	5
EMPREENDEDORISMO NA INTERNET	DAILTON FELIPINI	2010	13
GERENCIAMENTO DE PROJETOS E EMPREENDEDORISMO	PAULO YAZIGI SABBAG	2009	5
EMPREENDEDORISMO REGIONAL E A ECONOMIA DO CONHECIMENTO	PIERRE-ANDRÉ JULIEN	2010	9
EMPREENDEDORISMO PARA COMPUTAÇÃO	ROBERTO FERRARI	2010	10
PLANEJAMENTO E IMPLANTAÇÃO DE POMAR	DALMO LOPES DE SIQUEIRA, WALTER ESFRAN PEREIRA	2000	8
APOIO DO MNM À P&D DA FRUTICULTURA REGIONAL	JOSÉ MARIA MARQUES DE CARVALHO	2009	1
OLERICULTURA: TEORIA E PRÁTICA	PAULO CERSAR REZENDE FONTES	2005	8
NOVO MANUAL DE OLERICULTURA: AGROTECNOLOGIA MODERNA NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE HORTALIÇAS	FERNANDO ANTONIO REIS FILGUEIRA	2007	10
AGROECOLOGIA E OS DESAFIOS DA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA	SÉRGIO SAUER E MOISÉS VILLAMIL BALESTRO	2009	1
AGROECOLOGIA: UM NOVO CAMINHO PARA A EXTENSÃO RURAL SUSTENTÁVEL	SUZI HUFF THEODORO, LAURA GOULART DUARTE	2009	3
FUNDAMENTOS DE AGROECOLOGIA	ATANÁSIO ALVES DO AMARAL	2011	1
A VITIVINICULTURA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO	JOSÉ MONTEIRO SOARES, PATRÍCIA COELHO DE SOUZA LEÃO	2009	7

TECNOLOGIAS DE PRODUÇÃO DO MILHO	JOÃO CARLOS CARDOSO GALVÃO E GLAUCO VIEIRA MIRANDA	2004	8
A CULTURA DO MILHO IRRIGADO	MORETHSON RESENDE, PAULO E. P. ALBUQUERQUE	2003	8
METODOLOGIAS DE AMOSTRAGEM PARA AVALIAÇÃO DAS POPULAÇÕES DE LAGOSTA: PLATAFORMA CONTINENTAL DO BRASIL	RAÚL CRUZ IZQUIERDO, RAIMUNDO NONATO LIMA CONCEIÇÃO	2011	1
PÓS-COLHEITA DE FRUTAS E HORTALIÇAS: FISIOLOGIA E MANUSEIO	MARIA ISABEL FERNANDES CHITARRA, ADMILSON BOSCO CHITARRA	2005	8
TÓPICOS EM MANEJO DE PLANTAS DANINHAS	ANTONIO ALBERTO DA SILVA, JOSÉ FRANCISCO DA SILVA	2007	6
EROSÃO E CONSERVAÇÃO DOS SOLOS: CONCEITOS, TEMAS E APLICAÇÕES	ANTONIO JOSÉ TEIXEIRA GUERRA, ANTONIO SOARES DA SILVA	2012	10
AGRICULTURA INTEGRADA: INSERINDO PEQUENOS PRODUTORES DE MANEIRA SUSTENTÁVEL EM MODERNAS CADEIAS PRDUTIVA	MARCOS FAVA NEVES; LUCIANO THOMÉ E CASTRO	2010	1
MANEJO ECOLÓGICO DO SOLO: A AGRICULTURA EM REGIÕES TROPICAIS	ANA PRIMAVESI	2002	8
MANUAL DE MORFOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO DE SOLOS	LÚCIO S. VIEIRA, MARIA DE NAZARETH F. VIEIRA	1983	8
PODA DAS PLANTAS FRUTÍFERAS	J. S. INGLEZ DE SOUSA	2005	8
SISTEMA BRASILEIRO DE CLASSIFICAÇÃO DE SOLOS	HUMBERTO GONÇALVES DOS SANTOS	2006	7
FÍSICA DO SOLO	MOZART MARTINS FERREIRA	2003	7
CULTIVO DE PINHÃO MANSO: PARA PRODUÇÃO DE ÓLEO COMBUSTÍVEL	JATROPHA CURCAS L.	2007	8
CULTURA DA BANANEIRA	LUIZ CARLOS CHAMHUM SALOMÃO, DALMO LOPES DE SIQUEIRA	2005	16
CULTIVO DO MAMOEIRO	LUIZ CARLOS CHAMHUM SALOMÃO, DALMO LOPES DE SIQUEIRA	2007	8
CULTIVO DE COCO ANÃO	LUIZ ÂNGELO MIRISOLA FILHO	2002	8
CULTURA DA MANGUEIRA	DALMO LOPES DE SIQUEIRA, SÉRGIO YOSHIMITSU MOTOIKE	2005	16
OS CUIDADOS COM O TRATOR	GASTÃO MORAES DA SILVA	2001	8
SEMEADORAS PARA PLANTIO DIRETO	JOSÉ ANTONIO PORTELLA	2001	8
PLANTAS DE COBERTURA DOS SOLOS DO CERRADO	PEDRO MARQUES DA SILVA, LUÍS FERNANDO STONE	2010	8
CONTROLE BIOLÓGICO DE DOENÇAS DE PLANTAS: PROCEDIMENTOS	REGINALDO DA SILVA ROMEIRO	2007	6
CONTROLE BIOLÓGICO DE DOENÇAS DE PLANTAS: FUNDAMENTOS	REGINALDO DA SILVA ROMEIRO	2007	6
PLANTAS FORRAGEIRAS	DILERMANDANDO MIRANDO DA FONSECA, JANAIRNA AZEVEDO MARTUSCELLO	2010	8
MANUAL DE COMPOSTAGEM: PROCESSO DE BAIXO CUSTO	JOÃO TINÔCO PEREIRA NETO	2007	8
GUIA DE PRAGAS AGRÍCOLAS PARA MANEJO INTEGRADO NO ESTADO DO AMAPÁ	ALEXANDRE LUIS JORDÃO, RICARDO ADAIME DA SILVA	2006	6

FÍSICA DO SOLO	QUIRIJN DE JONG VAN LIER	2010	8
FRUTICULTURA ORGÂNICA: FORMAÇÃO E CONDUÇÃO	SILVIO ROBERTO PENTEADO	2010	8
ESTRUTURAS DE AÇO: DIMENSIONAMENTO PRÁTICO DE ACORDO COM A NBR 8800:2008	WALTER PFEIL, MICHÈLE PLEIL	2013	2
ESTRADAS: PROJETO GEOMÉTRICO E DE TERRAPLENAGEM	PAULO MENDES ANTAS, ALVARO VIEIRA	2010	2
CÁLCULO E DETALHAMENTO DE ESTRUTURAS USUAIS DE CONCRETO ARMADO: SEGUNDO A NBR 6118: 2003	ROBERTO CHUST CARVALHO, JASSON RODRIGUES DE FIGUEIREDO FILHO	2009	1
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	LUIZ ALFREDO FALCÃO BAUER	2011	4
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	LUIZ ALFREDO FALCÃO BAUER	2011	1
PRÁTICA DAS PEQUENAS CONSTRUÇÕES	ALBERTO DE CAMPOS BORGES	2009	2
PRÁTICAS DAS PEQUENAS CONSTRUÇÕES	ALBERTO DE CAMPOS BORGES	2010	3
TÉCNICAS E PRÁTICAS CONSTRUTIVAS PARA EDIFICAÇÃO	JULIO CESAR PEREIRA SALGADO	2009	3
MANUAL DE HIDRÁULICA	JOSÉ MARTINIANO DE AZEVEDO NETTO	1998	1
INTRODUÇÃO À PROTEÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS	AMADEU CASAL CAMINHA	1997	3
RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS - PARA ENTENDER E GOSTAR	MANOEL HENRIQUE CAMPOS BOTELHO	2008	1
PLANEJAMENTO E CONTROLE DA PRODUÇÃO PARA EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL	MAURÍCIO MOREIRA E SILVA BERNARDES	2013	2
ESTRUTURAS ISOSTÁTICAS	MARIA CASCAO FERREIRA DE ALMEIDA	2009	1
INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS: EXEMPLO DE APLICAÇÃO PROJETO	HÉLIO CREDER		3
INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS	HÉLIO CREDER	2013	3
MOTORES ELÉTRICOS: MANUTENÇÃO E TESTES	JASON EMIRICK DE ALMEIDA	2004	2
ELETRÔNICA APLICADA	L. W. TURRER	2004	4
ILUMINAÇÃO: TEORIA E PROJETO	DÉLIO PEREIRA GUERRINI	2008	2
ELETRICIDADE BÁSICA	SCHAUM MILTON GUSSOW	1997	1
RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS	RUSSELL CHARLES HIBBELER	2010	1
CIRCUITOS ELÉTRICOS	VÍTOR CANCELA MEIRELES	2007	5
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	HÉLIO CREDER	2011	1
GEOGRAFIA E HISTÓRIA			
TÍTULO	AUTOR	ANO	QUANTIDADE
O ENSINO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA NO CONTEXTO DO MERCOSUL	MARILDA ALMEIDA MARFAN		1
ENSEÑANZA DE LA HISTORIA Y GEOGRAFIA EM EL CONTEXTO DEL MERCOSUR	SANTIAGO DE CHILE	2001	1
MEMÓRIAS DO APRENDIZADO: 80 ANOS DE ENSINO AGRÍCOLA EM SERGIPE	JORGE CARVALHO DO NASCIMENTO	2004	1
A AVENTURA DA SOBREVIVÊNCIA: MIGRAÇÕES CEARENSES NA DÉCADA DE 1990	ASSUÉRO FERREIRA	2007	1

EXPEDIÇÕES - TERRAS E POVOS DO BRASIL: NASCENTE DO AMAZONAS	PAULA SALDANHA	1998	1
--	----------------	------	---

13. RECURSOS FINANCEIROS NECESSÁRIOS

DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE	VALOR ANUAL
Bolsas para estagiário (para atuar como colaborador na Secretaria do Programa).	18 bolsas (período de vigência da turma)	11.736,00
VALOR TOTAL		11.736,00

REFERÊNCIAS

BOISIER, Sérgio. **El desarrollo territorial a partir de la construccion de capital sinérgico.**

<http://www.gobernabilidad.cl/documentos/Capitalsinergico.pdf>

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008. Estabelece diretrizes Complementares, Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de Atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em << <http://portal.mec.gov.br>>> Acessado em 20 de maio de 2014.

_____. Brasília. Decreto 7352 de 04 de novembro de 2010 Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Disponível em << <http://www.planalto.gov.br>>>. Acessado em 20 de maio de 2014.

_____. DECRETO Nº 6.755, DE 29 DE JANEIRO DE 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Disponível em:<< <http://www.capes.gov.br>>> Acessado em 20 de maio de 2014.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 30 dez. 2008, Seção 1, p. 1.

_____. Ministério da Educação. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Abril, 2002.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - PDSA**. Brasília, novembro de 2005. (Versão preliminar para discussão)

_____. **Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro**. Brasília, s/d.

_____. Colegiado Territorial Velho Chico. **Proposta Pedagógica da Educação do Campo**. Território Velho Chico, Bahia, 2012.

FEITOSA, André Elias Fidelis. **A trajetória do ensino agrícola no Brasil no contexto do capitalismo dependente**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, UFF, 2006.

FERNANDES, B. Mançano. **Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como estratégias essenciais**. In: MOLINA, M. Castagna. (org.). **Educação do Campo e Pesquisa: Questões para reflexão**. Brasília. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

_____. **Desenvolvimento sustentável: antinomias de um conceito**. *Revista Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômica*, v. 21, n. 2, jul./dez. 2002.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Trad. de Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2006.

FURTADO, Celso. O nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento.

FURTADO, Celso *et al.* **O Pensamento de Celso Furtado e o Nordeste Hoje**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

_____. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Edição definitiva (Reedição da 1ª edição de 1978). São Paulo: Cia das Letras, 2008. 235p.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves São Paulo: Edições Loyola, 2004. 382 p

KOLLING, E. J. ; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. (Org.). **Educação do campo**: identidade e políticas públicas. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. p. 89-101. (Coleção por uma educação do campo, 4)

KUHN, T. S. **The Structure of Scientific Revolutions**. 2 ed.,enlarged. Chicago and London: University of Chicago Press 1970.

IBGE, **Indicadores Sociais Municipais**: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010.

LIMA, Elmo de Souza. **A formação continuada de professores no Semi-árido: valorizando experiências, reconstruindo valores e tecendo sonhos**. 2008. 240f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido**: Uma Visão Holística. Brasília: Confea, 2007. 140p.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Nova delimitação do Semiárido Brasileiro** (Cartilha). Brasília, DF: Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional/MIN, 2005. 35 fls.

MOLINA, Mônica Castagna. **Desafios e perspectivas na formação de educadores**: reflexões a partir da licenciatura em educação do campo da universidade de Brasília. IN: SOARES, Leôncio et al (Org.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários à Educação do Futuro**. tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya ; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. – 2. ed. – São Paulo : Cortez ; Brasília, DF : UNESCO, 2000.

PACHECO, Eliezer (org). **Perspectivas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Proposta de Diretrizes Curriculares. São Paulo: Fundação Santillana, 2012.

PORTO, Everaldo Rocha. **O semi-árido brasileiro**: quem me dera ter um. Recife, 2001. Mimeo.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, B. de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 2006.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o Semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. 2006. 298 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

SIQUEIRA, Ângela Carvalho de. **Propostas, Conteúdos e Metodologias do Ensino Agrotécnico: Que Interesses Articulam e Reforçam?** Dissertação de Mestrado – Educação– UFF, Niterói, 1987.

SOARES, Ana Maria Dantas. **Política Educacional e Configurações dos Currículos de Formação de Técnicos em Agropecuário, nos anos 90: regulação ou emancipação?** Tese de doutorado, apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, ICHS / UFRRJ, Seropédica, 2003.

SOUZA, H. F. ; COSTA, D. S. da . **Contribuições teórico-metodológicas para a análise da relação educação do/no campo, territórios e desenvolvimento rural sustentável**. Educação, Multiculturalismo e Diversidade. 1ed.Salvador: Edufba, 2010

SUASSUNA, João. **Semi-árido: uma proposta de convivência com a seca**. Recife, 2002. Mimeo.